

**Дискуссии коммунистов и троцкистов о
«революции 1930 г.» в Бразилии
O debate entre comunistas e o trotskistas
sobre a Revolução de 1930 no Brasil
The debate between communists and trot-
skyists on the 1930 Revolution in Brazil**

Пансарди Маркус Винисиус

Профессор-исследователь Федерального института Параны, Бразилия

Marcos Vinícius Pansardi

Professor - researcher at the Federal Institute of Paraná - Brazil.

Marcos Vinícius Pansardi

Professor-pesquisador do Instituto Federal do Paraná - Brasil.

marcos.pansardi@ifpr.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-2238-4626>

Аннотация: Цель этой статьи – проанализировать дебаты, которые велись в Бразилии в 1920-1930-е гг. между коммунистами и троцкистами о значении революции 1930 г. Необходимо проанализировать различные политические черты, которые характеризовали революцию 1930 г. в зависимости от того, как те или иные течения рассматривали роль народных масс в политической борьбе. Воспринимаемый с ужасом, с точки зрения консерваторов, или с восхищением, с точки зрения прогрессистов, для тех, кто решался на политическую борьбу, отныне народ стал тем, действующим лицом, в котором следовало считаться. Троцкисты считали, что участие народа используется элитами в их борьбе за власть. Коммунисты из промосковской компартии склонны были считать

участие масс фундаментальным, так как оно вызвало в качестве противодействия реакционному контрпереворот, либо потому, что массы находились в состоянии возбуждения и стали действовать самостоятельно, заставив часть правящего класса изменить свой ранее принятый политический курс. Итоги дискуссии среди бразильских марксистов показывают, что и коммунисты, и троцкисты рассматривали революцию 1930 г. как поворотный момент, как движение, положившее конец старой эпохе и положившее начало «модерности» в Бразилии, а ее главной причиной и следствием было включение народных масс в качестве основного политического агента.

Ключевые слова: Революция 1930 г., коммунисты, троцкизм, буржуазно-демократическая революция, развитие капитализма, Бразилия

Abstract: This article sets out to analyze the debate that took place in the 1920s and 1930s between communists and Trotskyists about the meaning of the 1930 Revolution in Brazil. It would be possible to analyze the various political shades of opinion that interpreted the 1930 Revolution by the way in which they sought to include the people in the political game. Seen with horror, as in the conservative view, or seen with admiration, as in the progressive view, the people became, from that moment on, the real watershed with whom those who ventured into the political arena would have to come to terms. The Trotskyists saw popular participation as stimulated by the elites in their struggle for power. On the other hand, the PCB view tended to see popular participation as fundamental, either because it produced a reactionary backlash, or because it realized that the masses were really on the boil and were following their own paths, which forced sectors of the ruling class to alter their previously stipulated course. The conclusion of the debate among Brazilian Marxists shows that both communists and Trotskyists considered the 1930 Revolution to be a watershed, seen as the movement that put an end to an era and opened the doors to "modernity" in Brazil, with its main cause and effect being the irruption of the popular masses as a fundamental political agent.

Keywords: 1930 Revolution, Communists, Trotskyism, Bourgeois-democratic revolution, Development of capitalism, Brazil.

Resumo: Este artigo se propõe a analisar o debate, ocorrido nos anos 20 e 30, entre comunistas e trotskistas, sobre o significado da Revolução de 1930 no Brasil. Seria possível analisar as várias matizes políticas que interpretaram a Revolução de 1930 pela forma com que pretenderam inserir o povo no jogo político. Vistos com horror, como na visão conservadora, ou vistos com admiração, como na visão progressista, o povo passou a ser, a partir daquele momento o verdadeiro divisor de águas com quem teriam que se entender aqueles que se aventurassem na arena política. Os trotskistas consideraram a participação popular como estimulada pelas elites em sua luta pelo poder. Por outro lado, a visão pecebista tendeu a colocar a participação popular como fundamental, seja por produzir a reação reacionária contra ela, seja compreendendo que as massas estavam realmente em ebulição, e que seguiam caminhos próprios, o que forçou os setores da classe dominante a alterar sua rota previamente estipulada. A conclusão do debate entre os marxistas brasileiros mostra que tanto comunistas como trotskistas consideraram a Revolução de 1930 como um divisor de águas, visto como o movimento que pôs fim a uma época e abriria as portas para a “modernidade” no Brasil, sendo sua principal causa e efeito a irrupção da massa popular como agente político fundamental.

Palavras-chave: Revolução de 1930, Comunismo, Trotskismo, Revolução democrático-burguesa, Desenvolvimento do capitalismo, Brasil

DOI: 10.32608/2305-8773-2024-44-1-58-76

Дата публикации: 29.11.2024

Дата получения: 1.08.2024

Ссылка для цитирования:

Пансарди М.В. Дискуссия коммунистов и троцкистов о «революции 1930 г.» в Бразилии // Латиноамериканский исторический альманах. 2024. № 44. С.58-76. DOI: 10.32608/2305-8773-

2024-44-1-58-76

O debate interno do Partido Comunista do Brasil (P. C. B.).

O jovem Partido Comunista do Brasil nasceu no ano de 1922, ano importante para a história política da República, pois também foi o ano da primeira insurreição tenentista, a dos “18 de Forte de Copacabana”. Os pecebistas (P.C.B.) não ficaram alheios a esse fato, como comprovam os relatos da época, tanto assim que os dirigentes do jovem P.C.B. mantiveram, já desde 1923, contatos frequentes com os revoltosos militares, buscando apoiar o movimento de revolta contra o governo constituído. Contatos foram mantidos, principalmente entre o secretário geral do partido, Astrojildo Pereira e o chefe dos militares revoltosos, General Isidoro Dias¹. Dentro do partido se avolumava a tendência de se agregar à revolta em curso. Entre os maiores entusiastas desses contatos estava Octávio Brandão, que impactado pelo movimento desencadeado em 1924 em São Paulo, desenvolveu idéias que pudessem dar sustento à futura ação do partido. Esses seus textos serviriam de base para o segundo congresso do partido, em 1925, e inspirariam as teses afinal elaboradas por Astrojildo Pereira.

Foi assim que a primeira e paradigmática interpretação sobre a Revolução de 30, paradoxalmente, nasceu 6 anos antes da própria revolução ter início. Prevista já em 1924 pelo dirigente comunista Octávio Brandão (1926)², que escreveria um ensaio, baseado em seus escritos de 1924, originados, como vimos, nem tanto para dar uma interpretação da história brasileira, mas principalmente, para analisar a conjuntura da época, com objetivo de organizar a ação do partido para a terceira revolta tenentista, que Brandão julgava inevitável. Preocupado em arrolar as tarefas a serem desempenhadas por seus militantes na futura revolta, ele construiu para isso um pano de fundo sobre a sociedade brasileira, que perduraria como a base de

¹ O relato desses contados encontra-se, principalmente, em Dias, 1977.

² O ensaio se chamou «Agrarismo e Industrialismo», sua parte principal foi concluída em 1924 e publicada em 1926, com o nome fictício de Fritz Mayer e indicando falsamente sua impressão em Buenos Aires, tudo isso para despistar a polícia, como sempre nos calcanhares de Brandão.

interpretação hegemônica na esquerda brasileira até o início dos anos sessenta.

O Brasil, na visão de Brandão, foi um país agrário, feudal, construído em cima da servidão dos campos e sertões, com franjas industriais concentradas nos grandes centros urbanos. Curvado ante a imensidão de seu território, bloqueado pela barbárie das matas incultas, o Brasil foi visto como um país em formação, instável, vivendo no caos primitivo. Reflexo disso foi o seu povo, sem identidade formada, uma mistura de “*raças e sub-raças*”, um tipo indefinido. Politicamente, a consequência natural seria um Estado agrário, reacionário, dominado pelas elites do café.

Brandão não viu o Brasil como estando na Idade Média, sua referência histórica se situou no 1848 europeu. Por isso mesmo, a dificuldade recorrente em todo o texto, de definir as classes em conflito e a estrutura sócio-econômica do país. Assim, a imprecisão dos conceitos é recorrente: o Brasil seria, feudal, ou semi-feudal e semi-industrial, ou também semi-colonial. As oligarquias agrárias ora foram compostas de senhores feudais, ora de burguesias agrárias. Os trabalhadores do campo seriam proletários rurais ou servos. Um país onde a economia agrária estava em desagregação e onde uma economia industrial avançava em seu lugar. Um país em descompasso histórico, que misturava o novo com o velho. O país do “*estapafúrdio, do absurdo, do confusioinismo*”, onde nosso cérebro se desorientava, nossos conceitos e ideologias se embaralhavam.

Esse pano de fundo foi o estado de desagregação econômica, política e social em curso no Brasil, fruto primariamente da crise capitalista mundial que se refletia internamente no debacle da economia cafeeira, na sua incapacidade de sustentar os lucros obtidos no comércio mundial e externamente, pelo acirramento da competição inter-imperialista pelo mercado nacional. Essa crise enfraqueceu politicamente o Estado brasileiro, quebrando a unidade política que o sustentava, o bloco feudal-burguês. A crise se manifestou no acirramento das contradições entre a burguesia industrial, a comercial, os grandes usineiros, as classes dominantes agrárias (com sua aliada, a burguesia financeira), e pelo afastamento da pequena-burguesia, como classe urbana de apoio. Este quadro seria agravado pela crescente insatisfação do proletariado, gerando greves e um clima geral

de insurreição. Essa fragilização política do Estado, rompendo com a estabilidade do consórcio dominante, se agravaria pelo enfraquecimento de sua capacidade repressiva, ao juntar-se à revolta setores das forças de repressão: o Exército e as forças estaduais.

A pequena-burguesia, levada pela sua crescente miséria, pela sua acelerada proletarização e pela incapacidade de conseguir melhoras através dos canais democráticos, tornou-se a ponta de lança da revolta. Esta classe (ou subclasse) que era o esteio da reação nas décadas anteriores (vide seu apoio à repressão das revoltas operárias entre 1917-1919), passou claudicantemente, mas aceleradamente, a se aproximar das posições esquerdistas, passando rapidamente do reformismo para a revolução.

As revoltas da pequena-burguesia anunciavam a mudança. O momento final do domínio agrário e sua resistência desesperada, o avanço irresistível do mundo industrial.

O período em que Brandão escreveu, no desenrolar na segunda revolta tenentista (a Coluna Prestes) seria, portanto, a ruptura entre estes dois mundos (o agrário e o industrial). Momento este de confusões ideológicas, de indefinições políticas, de desagregação social. Socialmente estávamos vivendo ainda num pequeno mundo urbano, com uma volumosa classe intermediária, a pequena-burguesia, uma pequena classe operária e uma diminuta classe industrial. Dominados ainda pelo imenso mundo rural, composto por uma enorme massa camponesa e pelas oligarquias agrárias.

A destruição deste mundo seria feita pela ação primordial da pequena-burguesia, já que, segundo Brandão, a burguesia industrial se mostraria muito fraca econômica e politicamente, ainda muito dependente do apoio do Estado agrário. Nosso parque industrial era composto de muitas pequenas fábricas e com laços ainda muito fortes com o mundo agrário (de onde provinham a maioria de seus expoentes). Isso explicaria a sua inconsciência, a sua dificuldade de se desligar do consórcio com os oligarcas agrários. Foram as revoltas militares que propiciaram seus primeiros lampejos de independência.

De outro lado, o proletariado apenas agora (1925) começaria a se recuperar de suas derrotas em 1917/1919. Começaria a se organizar, adquirir sua consciência, descartando-se de suas antigas lideranças

confusionistas e pequeno-burguesas (anarquistas). Para Brandão, a burguesia estaria sendo empurrada para assumir seu papel dominante, mesmo sem ter consciência dele. A pequena-burguesia teria consciência da necessidade da destruição do domínio agrário, contudo, não saberia o que colocar em seu lugar. Caberia ao proletariado, mais propriamente à sua vanguarda, ser a consciência dessa revolução burguesa.

Não está claro como seria essa revolução burguesa, se a terceira revolta, de que tanto falou, ou se, a partir dela que esta se realizaria. Brandão falou que estaria se travando apenas a primeira etapa da luta entre agrários e industriais, dando a entender que esse caminho comportaria ainda muitas outras etapas. Em outro momento, grifou a expressão “*processo*” dando a entender a idéia de revolução burguesa, como não se extinguindo na próxima revolta tenentista. Esta teria, como função básica, destruir os resquícios feudais.

Não se deve esconder o papel desempenhado pela luta imperialista entre Grã-Bretanha e Estados Unidos pelos mercados mundiais, sendo o Brasil um capítulo desta luta e parte do domínio econômico britânico. Seria lógico inferir que não haveria interesse na mudança dos seus intermediários nacionais. Assim como seria do interesse norte-americano, que um novo grupo mais afinado a ele, assumisse o controle do Estado. Apesar do maniqueísmo de dividir as forças em conflito entre representantes dos interesses americanos (os industriais, Carlos de Campos, Epiácio Pessoa, Wenceslau Brás, Borges de Medeiros, o partido socialista...) e dos britânicos (os agrários, Bernardes, Rui Barbosa, Nilo Peçanha, Washington Luís, o PRP), não se encontrou nesse texto a conceição simplista de que as revoltas tenentistas seriam o produto puro e simples da luta entre os dois imperialismos. As causas imediatas foram a crise econômica mundial, que gerou a crise do café, que inviabilizou a continuação do bloco dominante segundo os moldes vigentes. Dito de outro modo, as oligarquias não conseguiram manter o bloco dominante coeso. Não mantiveram a sua dominação. As rivalidades se agudizaram, os interesses se chocaram e o Estado se fragilizou. A luta entre o agrarismo e o industrialismo. Essa foi a essência do jogo.

Brandão não tinha dúvida em escolher o lado certo: o industrialismo representaria o domínio da burguesia industrial e do capita-

lismo norte-americano, segundo ele, mais progressistas que o campo contrário. Proporia a luta do proletariado pelo industrialismo, a luta pela revolução. Não pela revolução burguesa, mas pela “*revolução permanente*” aos moldes de Lênin: uma revolução que, no mesmo movimento, derrubasse o feudalismo, construísse o industrialismo, derrubasse o industrialismo, construísse o comunismo. Fazer no Brasil a Rússia de 1917, repetiu Brandão.

O tenentismo, para ele, foi um movimento pequeno-burguês progressista, que visava destruir o agrarismo (necessariamente não significaria construir o industrialismo). Deveria ser empurrado cada vez mais para a esquerda pelo proletariado, e por fim, deveria ser superado por este. Analisando as duas revoltas (1922 e 1924), Brandão concluiu que as duas derrotas tinham o mesmo motivo: a incapacidade dos militares em fazer política, sua incapacidade em ampliar sua base aliada. A simpatia geral do povo não foi aproveitada para ser transformada em adesão efetiva. Foram incapazes de incorporar, tanto o proletariado, como a grande burguesia, que inicialmente estando contra o movimento, aos poucos enxergaria as vantagens de sua participação ao lado dos revoltosos. A formação militar dos “tenentes” não os habilitou, ao contrário, impediu-os de enxergar mais ao longe.

As forças de esquerda também contribuíram para a derrota. Assim, o Partido Comunista em S. Paulo, fraco e insensível, não se mexeu e quando quis fazer algo já era tarde; os anarquistas prontamente aplaudiram a revolução, mas estavam despreparados para ela, os sindicatos estavam enfraquecidos.

A proposta de Brandão, então, se tornaria clara. Para que a revolução caminhasse num sentido progressista, haveria a necessidade dos comunistas apoiarem a revolução pequeno-burguesa, a vitória do industrialismo. Assim estaríamos produzindo um movimento progressista que deslocaria a oligarquia agrária do poder, colocando em seu lugar os industriais, através da pequena-burguesia. Seria uma revolução democrático-burguesa, como na terminologia usada na época, uma revolução democrática e modernizante, portanto progressista. As políticas posteriores do P.C.B., ao criar o B.O.C. (Bloco Operário e Camponês), visavam exatamente concretizar essa política, unir o proletariado à revolução pequeno-burguesa em curso.

Essa proposta se manteve dominante no partido até a véspera da revolução, quando uma virada esquerdista do partido, patrocinada de cima, pelo Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista (SSA-IC), numa reunião realizada em Buenos Aires, em maio de 1930, pôs essa estratégia no ostracismo. Foi o momento da ascensão do obreirismo, do social-fascismo, da política da classe contra classe. Influenciadas pelo desastre do caso chinês, da aliança entre o Partido Comunista Chinês e o partido nacionalista chinês, o Kuomintang, sem esquecer a importância do exemplo da Revolução Mexicana, as novas diretrizes do Comintern rejeçavam qualquer aliança de classe que subordinasse o proletariado e seu partido a qualquer outra classe, fosse ela a pequena-burguesia, uma burguesia industrial nacionalista ou qualquer outra. Estas eram vistas como inevitavelmente reacionárias, colocando os partidos socialistas ou social-democratas como aliados dos fascistas. Essa política, como sabemos, facilitou a ascensão do nazismo na Alemanha, dividindo as forças de esquerda, e nos países do terceiro mundo, particularmente na América Latina, impediu a colaboração do proletariado, ligado aos partidos comunistas, com os partidos ou movimentos democráticos da burguesia ou da pequena-burguesia em prol de uma política democrática e progressista, que buscasse alijar do poder as forças conservadoras desses países.

Em Buenos Aires, Brandão e Astrojildo foram impiedosamente atacados, acusados de desvios direitistas pequeno-burgueses, sem dúvida fruto do seu passado anarquista e da sua origem de classe. Enquanto isso, no Brasil, o jornal do P.C.B., *A Classe Operária* de 17.04.1930 publicou a “*Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira*”. Nesse texto as idéias de Brandão, chamadas de “teoria da revolução democrática pequeno-burguesa”, eram atacadas por serem “oportunistas” e “seguidistas”, pois atrelavam o proletariado e o P.C.B., a reboque da burguesia. Sendo assim se propunha, ao contrário, uma revolução puramente comunista e proletária, com a constituição de conselhos e da ditadura do proletariado³. Essa nova postura geraria a partir daí o afastamento do P.C.B. de qualquer participação oficial nos eventos em 1930 e, em

³ Dulles, 1977, p. 341

conseqüência, construiriam uma nova interpretação sobre o caráter da revolução de 1930. Portanto, as novas interpretações do P.C.B. sobre a revolução, não foram produto de uma análise crítica dos acontecimentos do período, ou uma revisão da nossa história e sim, uma interpretação construída à posteriori, que serviria para legitimar a nova postura do partido e enquadrá-lo às novas diretrizes “esquerdistas” da Internacional Comunista.

É neste contexto que deveríamos compreender o surgimento, em 1934, do livro de Leôncio Basbaum (sob o pseudônimo de Augusto Machado), importante membro do partido, que se destacou em combater a influência de Prestes junto aos comunistas⁴. O texto de Basbaum se inicia sem se diferenciar da análise de Brandão sobre o Brasil, que a revolução de 30 viria a encontrar. Assim a estrutura sócio-econômica do Brasil era vista como baseada no latifúndio caracterizado imprecisamente (como em Brandão) como semi-feudal e semi-escravagista. No sul avançavam as formas capitalistas de produção nas fazendas de café. Nossa estrutura política era compreendida como dominada por um poderoso bloco político formado pela associação entre a burguesia agrária e os senhores feudais. A burguesia industrial participava desse consórcio como classe dependente e minoritária.

Por outro lado, em Basbaum, assim como em Brandão, nossa crise interna deveria ser compreendida dentro do contexto internacional da disputa entre o capitalismo inglês e o norte-americano. Mas ao contrário deste, Basbaum não viu nenhuma diferença entre os dois imperialismos. O suposto caráter progressista do imperialismo americano não existiu no texto de Basbaum. O Brasil foi visto como um país semi-colonial, disputado avidamente pelos dois imperialismos. Ao contrário de Brandão, que colocava a questão nacional, a luta entre agrários e industriais, como a causa decisiva dos acontecimentos que levariam à Revolução de 1930, Basbaum colocava a influência imperialista no centro dos acontecimentos. A crise desses anos não foi mais vista como uma luta entre as forças defensoras do agrarismo e as do industrialismo, mas sim a luta entre o avanço das formas capitalistas contra o poder feudal (ou semi-feudal) existente.

⁴ Basbaum, 1934

Contudo, o avanço do capitalismo estava impedido por dois principais fatores: o primeiro, a dependência financeira do capitalismo, e portanto das classes burguesas nacionais com o Imperialismo, fosse ele o inglês ou o americano, gerando como conseqüência direta uma maior exploração das massas, impedindo que essa burguesia rompesse os seus laços históricos com as oligarquias feudais e se aliasse ao proletariado visando à constituição de uma sociedade liberal-democrática. O segundo fator, referia-se à própria ação das massas proletárias, que estando num crescente processo de radicalização política ameaçavam o bloco dominante com a possível realização de sua própria revolução. Assim, a burguesia, que pela lógica de seus interesses de classe deveria estar inclinada a lutar contra o Imperialismo e a favor do desenvolvimento nacional, escolheu se aliar as forças reacionárias, ao feudalismo, reconhecendo esse caminho como o mal menor.

Não fica muito claro o que seria efetivamente a Revolução de 1930. Basbaum negou tanto a interpretação da imprensa burguesa de uma revolução popular, como a interpretação trotskista de uma revolução democrático burguesa⁵. Ele nos disse que foi apenas um golpe militar, uma luta entre dois grupos dentro da mesma classe, sem especificar que grupos eram esses ou as causas que levaram esses grupos ao confronto. Saberíamos apenas, que ao contrário de Brandão, o conflito em 1930 não levou nenhuma força progressista ao poder, ao contrário, para Basbaum, este se definiu pela negativa: não houve luta de classes, nem mudança de classe no poder, ou transformação das relações de produção. A conclusão final, seria a de que 1930 promoveu apenas um rearranjo dentro do bloco feudal-burguês, e de que a crise ficaria enfim resolvida com uma nova estrutura política, que resultaria numa maior e mais complexa exploração das massas populares. O exemplo dado foi a Legislação trabalhista, que ao invés de proteger o trabalhador, seria uma nova forma, mais refinada e intensiva, de subjugação da classe operária aos interesses dominantes.

⁵Como veremos, os trotskistas não viram 1930 como uma revolução democrático burguesa. Pareceu que aqui o ataque de Basbaum se endereçou em realidade a Brandão. Este sim poderia ser mais justamente “acusado” de compreender 1930 como uma possível revolução democrático-burguesa.

Assim, fiel à interpretação “esquerdista” do estalinismo, a revolução democrático-burguesa proposta por Brandão, foi impossível na época do Imperialismo e nos países semi-coloniais. Sendo os possíveis aliados do proletariado, a burguesia industrial e a pequena-burguesia urbana, inevitavelmente perdidos para as forças reacionárias do latifúndio (versão colonial do fascismo) e do Imperialismo, nada mais restava ao proletariado do que se aliar com os camponeses e construir a sua própria revolução: a revolução comunista dos soviets.

Para Basbaum, não houve uma participação popular efetiva nos acontecimentos de 1930, apenas alguns grupos de operários e camponeses lutaram em alguns lugares por reivindicações particularistas. Por outro lado, a Aliança Liberal, não voltou seu discurso para as massas, foi simples demagogia, pois em realidade estas foram usadas como instrumento para resolver a disputa dentro do bloco dominante.

É interessante observar que, muito tempo depois desses escritos, em suas memórias, Basbaum reviu parcialmente sua posição⁶. Ao relatar as reuniões do Comitê Central do P.C.B (fevereiro e março de 1931) que tiveram por objetivo avaliar a Revolução de 1930, ele nos disse que a avaliação dos membros do C.C. foi de que o movimento era apenas mais uma *quartelada*. No máximo um movimento da pequena burguesia e que sua avaliação inicial era também essa. Contudo, após presenciar *in loco* os acontecimentos, teria mudado de opinião. Compreendeu que, em realidade, a seqüência dos acontecimentos transformou o golpe militar em uma verdadeira *revolução popular* (palavras de Basbaum), pela intensa participação das massas no movimento. Porém, pela inércia dos comunistas e de seus simpatizantes, essa revolução perdeu sua força e enfim, acabou sendo controlada pelos burgueses, impedindo a consecução de reais reformas no sistema dominante.

Astrojildo Pereira, que em 1925 tinha defendido as teses de Brandão e posteriormente se tornado um dos seus principais defensores, a partir do encontro em Buenos Aires, fez sucessivas autocríticas (das muitas que posteriormente seria obrigado a fazer) e passou a ser um paladino das teses da Internacional Comunista. Aquele au-

⁶ Basbaum, 1976, p. 96-97.

tor partiu das concepções de Brandão sobre a estrutura econômica e política do período pré-30, ou seja, uma sociedade semi-feudal, com um bloco dominante feudal-burguês. Mais do que isso, Astrojildo aceitou ainda as teses de Brandão, que estaria em rumo a constituição de uma revolução democrático-burguesa (revoltas tenentistas de 1922 e 1924), ou seja, antiagrária e antiimperialista. Porém, a partir desse ponto, suas interpretações concluiriam para um caminho oposto. Assim, Astrojildo tornaria explícita as idéias implícitas no texto de Basbaum. Para o autor a Revolução de 1930, não foi apenas um golpe militar, mas sim uma verdadeira “*contra-revolução preventiva*” (Pereira, 1979). Para a nova interpretação “*esquerdista*” do P.C.B. não apenas a revolução democrática-burguesa estava em curso mas essa desembocaria necessariamente na revolução proletária e camponesa. Prevendo isso a burguesia adiantou-se e tomou a frente do movimento, renegando seus antigos aliados e se reencontrando com os oligarcas feudais. A consequência foi um golpe com características fascistas, em que a violência e a demagogia foram empregadas contra a organização das massas. A prova do estado revolucionário do proletariado estaria, segundo Astrojildo, na grande quantidade de greves, algumas de grande expressão, que estouraram no imediato pós-30. A conclusão final, é a de que nada enfim mudou. O “*velho regime feudal-burguês*” foi substituído pelo “*novo regime feudal-burguês*”.

A intervenção “*por cima*” da Internacional Comunista não só fez com que os comunistas se isolassem do movimento oposicionista como um todo, e da esquerda em particular, como interrompeu o possível desenvolvimento da formulação de uma interpretação original sobre a situação brasileira. As tentativas de Brandão de conhecer as especificidades de nossa sociedade foram substituídas por uma interpretação que colocava o Brasil na mesma “categoria” de outros países do terceiro mundo, todos colocados sob a classificação de países agrários e coloniais, submetidos à mesma interpretação e estratégia política geral. Os problemas do Brasil foram, em essência, problemas mundiais. A questão imperialista foi a questão principal,

ficando relegadas as especificidades nacionais a um fator como outro qualquer, secundário portanto⁷.

A interpretação trotskista sobre a Revolução de 30.

As origens da visão dos trotskistas⁸ sobre a Revolução de 30 poderiam ser encontradas nos acontecimentos que, em 1928, levaram um grupo de militantes a promover uma cisão dentro das fileiras pecebistas. A crise interna do P.C.B. teve origem em um conflito sobre a política sindical do partido e se ampliou com a crítica de alguns militantes à política de alianças do partido. Dentre esses militantes, estavam alguns que futuramente fundariam o movimento trotskista no Brasil, como Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho e Aristides Lobo. Suas críticas à direção do partido já demonstravam um ponto de vista teórico diferenciado, pois, ao condenar os esforços do partido a se aliar às forças pequeno-burguesas rebeldes da Coluna Prestes, condenavam também, o que consideravam um desvio nacionalista intolerável, as teorias de Brandão. Postulavam, portanto, uma visão mais internacionalista, sendo o caso brasileiro parte da estratégia da revolução mundial. Possivelmente, foram influenciados pelas idéias de Trotsky contra as concepções stalinistas da “*revolução em um só país*”, embora este tenha condenado essa conversão esquerdista como uma tática suicida.

Foi surpreendente como no Brasil a interpretação stalinista imposta pela Internacional Comunista e representada pelas teses de Basbaum e Astrojildo iriam convergir com as teses produzidas pela dissidência trotskista. No essencial as duas formulações representavam uma guinada ultra-esquerdista. Assim, as visões trotskistas negavam o caráter progressista, ou a concepção de uma revolução democrático-burguesa para os acontecimentos em 1930. Também, demonstravam o caráter negativo da ação do Imperialismo, empurrando a burguesia para posições fascistas e reacionárias. Concluíram

⁷ Pereira, 1979

⁸ Os textos trotskistas sobre a Revolução de 1930 podem ser encontrados em: Abramo, Karepovs, 1987. Na contracorrente da história. Entre os textos destaca-se o de Mário Pedrosa e Lívio Xavier (Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil).

com a afirmação de que o resultado final do conflito foi a construção de um novo acordo entre as frações da classe dominante, garantidos sobre uma maior opressão da classe proletária. Como na interpretação pecebista, a burguesia apenas conseguiu seu acordo sob o fantasma da revolução social. Ou seja, em essência, as interpretações de Basbaum e Astrojildo e a dos trotskistas foram convergentes, pois para ambos a Revolução de 1930 foi um rearranjo dentro do bloco de dominação, tendo como resultado uma maior opressão para as massas proletárias, sendo os setores populares apenas massa de manobra das elites em sua luta pelo poder.

Contudo, em realidade, se na essência as duas interpretações convergiram no seu “esquerdismo”, a visão trotskista foi além, ao postular para o conflito de 1930 um forte caráter regional. Para essa corrente a constituição econômico-social da sociedade brasileira se deu a partir do transplante do capitalismo da metrópole, das relações capitalistas de produção que ao desembarcarem em nossas terras, devido a forma particular de nossa colonização, se serviram de formas feudais de organização. Esse feudalismo que, ao mesmo tempo foi funcional ao desenvolvimento do capitalismo, também seria futuramente uma barreira ao seu desenvolvimento.

Utilizando-se das concepções de Trotsky, sobre o desenvolvimento do capitalismo em áreas periféricas, nossos autores compreenderiam que a convivência destas duas formas produtivas produziu um crescimento desigual das diversas regiões do país, sendo que algumas avançaram em seu caráter capitalista, enquanto outras, se mantiveram atreladas às formas feudais de produção. Enquanto no Nordeste se desenvolvia a economia feudalista colonial, uma economia pré-capitalista dos coronéis, no sul, nas economias cafeeiras, o capitalismo desenvolvia-se rapidamente. Junto a este avanço capitalista crescia a influência do Imperialismo. Todo o período do Segundo Reinado se caracterizou pela tentativa dos senhores feudais de se adaptarem à economia capitalista. A Proclamação da República foi, enfim, a vitória da burguesia rural sobre os senhores feudais

Este desenvolvimento desigual produziu formas instáveis de dominação política, ocasionados pela influência crescente e reacionária do Imperialismo, pela luta dos estados menores por seu espaço nas esferas estatais, e pela incapacidade de São Paulo de conduzir a cen-

tralização política sob a sua hegemonia. O desenvolvimento capitalista gerou a forma federalista de organização do Estado brasileiro, contudo, esse mesmo desenvolvimento capitalista, que contraditoriamente não foi acompanhado pelo fortalecimento correspondente da burguesia, pedia a necessidade do fortalecimento do Estado, da centralização política.

O modelo político que garantiu o bloco dominante se esgotou devido às tensões internas insuportáveis e à ação do Imperialismo. Teve que manter o federalismo, para garantir a estabilidade política e a centralização para possibilitar o crescimento industrial. A centralização política inevitável e necessária foi um projeto assumido pela Aliança Liberal, mas que, já vinha sendo desenvolvido durante o governo Washington Luís. Durante este governo se acentuou a hipertrofia do Estado. Este se descolou de sua classe. Assim, um Estado de classe se tornou um Estado acima das classes, um Estado burguês moderno, portanto.

A derrota de São Paulo foi o desfecho que resolveria essa contradição, pois cedendo o seu poder político para conservar seu poder econômico, este aceitou o desfecho “bonapartista” que foi a Revolução de 1930. Substituiu-se assim, uma elite burguesa exportadora, por uma elite burguesa voltada para o mercado interno (a gaúcha). Este nacionalismo econômico foi um fator que aproximou os interesses desta fração burguesa dos interesses do povo.

Nesta interpretação não aparece a idéia de uma “contra-revolução preventiva”, como em Basbaum, para os trotskistas, foi apenas com as consequências da Revolução de 1930 se que propiciou uma diferenciação política entre as classes. Marcou-se a diferenciação entre elas, e portanto, permitiu que enfim que o proletariado começasse a tomar consciência de seus interesses particulares, opostos tanto aos interesses da burguesia como da pequena-burguesia. Por outro lado, como em Basbaum, a burguesia também toma consciência de seus interesses, o que propiciou a construção de sua unidade a partir do medo de uma revolução social. É assim que, a luta de classes implícita no pré-30, foi o produto mais visível da Revolução de 30, observação que como vimos é frequente, mesmo nos autores conservadores vistos anteriormente.

Contudo, para o pensamento trotskista, não apenas 1930 propiciou que as classes tomassem consciência de seus interesses específicos e antagonicos mas também o novo pacto entre as elites propiciou que se criasse uma centralização política, um novo Estado, produto do compromisso entre as burguesias do sul e do norte, que pudesse capitanear o desenvolvimento industrial. A indústria efetivamente nasceu ligada à capacidade intervencionista do novo Estado. Já que a burguesia foi incapaz de conseguir este intento por seus próprios meios, pois pressionada pelo Imperialismo só lhe restou este caminho.

A criação do Estado centralizado propiciou a modernização econômica do Brasil, contudo, as formas reacionárias e fascistóides deste impeliu as forças progressistas a buscar uma modernização das formas políticas da nossa sociedade. Os trotskistas estavam conscientes do caráter reacionário da burguesia, da força do Imperialismo (seja ele inglês ou americano), da dependência política e econômica dos setores pequeno-burgueses e da incipiente força das massas populares. Portanto, ao contrário da visão “otimista” de Basbaum e Astrojildo, os trotskistas compreendem a necessidade de uma etapa intermediária, antes da construção de uma revolução nacional “bolchevique”. A velha proposta de Brandão de uma aliança classista, progressista e democrática volta à tona, assim ressurgiria a ideia de uma necessária etapa democrático-burguesa, inclusive a proposta de uma nova constituição foi abraçada pelos trotskistas.

Fazendo uma síntese do debate, poderíamos afirmar que na visão comunista, a revolução ou apareceria como restaurando a ordem anterior (BASBAUM; ASTROJILDO), ou construindo as bases para a futura hegemonia industrial (BRANDÃO). Sobre a participação popular, os trotskistas antecipariam a interpretação bonapartista em voga nos anos 70; considerando a participação popular como estimulada pelas elites em sua luta pelo poder. Por outro lado, a visão pecebista tendeu a colocar a participação popular como fundamental, seja por produzir a reação reacionária contra ela, como em Astrojildo, seja compreendendo que as massas estavam realmente em

ebulição, e que seguiam caminhos próprios, o que forçou os setores da classe dominante a alterar sua rota previamente estipulada⁹.

É importante destacar que, independente de posição política assumida, a visão hegemônica foi considerar a Revolução de 1930 como um acontecimento marcante, como um divisor de águas, visto essencialmente como o momento que pôs fim a uma época, como o momento em que o Brasil entrou em compasso com o ritmo mundial. Como um momento inaugural de algo que poderia ser chamado genericamente e imprecisamente de “modernidade”.

Os autores vistos mostrariam consciência de que estavam vivendo a morte inexorável de um velho mundo e o surgimento de um novo. Existia a consciência do fim de uma era, sem que, contudo, os autores cheguem a um acordo sobre o que se estava construindo. Avaliavam que a Aliança Liberal quebrou a velha estrutura política, que esta era anacrônica e pertencia definitivamente ao passado. Discordavam entre si, ao tentar compreender as mudanças em curso, reconheciam, no entanto, que os revolucionários pouco tinham consciência do que estavam fazendo, ou mesmo se buscavam uma mudança real. A Aliança Liberal foi vista como um agente involuntário, ou muitas vezes, como produto de forças que ela desencadeou, mas não soube controlar.

A Revolução foi vista como necessária, inevitável e portanto irresistível. Um produto de uma lenta, mas inexorável mudança estrutural. Se os elementos da Aliança Liberal não tiveram consciência, ou não buscavam a mudança, isto não alterou a visão de nossos analistas sobre 1930 ser uma verdadeira rutura. Seria muito estranho ao pensamento esses analistas a ideia que a revolução nada mudou e nada significou.

Por fim, algo que marcou essa geração, e que aparece como uma forte característica para aqueles que viveram os acontecimentos foi a irrupção da massa popular como agente político. O aparecimento do povo, numa política tradicionalmente caracterizada pelo jogo entre elites foi a marca registrada do período. A compreensão de que as

⁹ Não só as memórias de Basbaum confirmam essa avaliação, mas essa visão é hegemônica nos vários relatos dos comunistas que presenciaram os movimentos. Veja-se, por exemplo as memórias de Brandão, 1978; Dias, 1977; Lima, 1982.

velhas estruturas políticas eram anacrônicas e que haveria necessidade inadiável de se construir novas estruturas, deve-se essencialmente ao fato de que o povo agora se tornou o principal agente político e não mais poderia ser ignorado.

Seria possível analisar as várias matizes políticas que interpretaram a Revolução de 1930 pela forma com que pretenderam inserir o povo no jogo político. Vistos com horror, como na visão conservadora, ou vistos com admiração, como na visão progressista, o povo passou a ser, a partir daquele momento o verdadeiro divisor de águas com quem teriam que se entender aqueles que se aventurassem na arena política. Também aqui, nada mais estranho a estes autores do que a visão de que a entrada do povo na política seria uma manobra “maquiavélica”, usada por uma fração das elites para vencer a luta pelo poder, ou, o que é a mesma coisa, de que a massa seria apenas “bucha-de-canhão” do conflito entre as elites.

Este debate foi tão fundamental que, mesmo que muitas vezes não se fizesse referência a ele, as ideias aqui apresentadas continuaram a ser a base para as futuras e atuais interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

БИБЛИОГРАФИЯ/ BIBLIOGRAFIA.

Abramo F., Karepovs D. (Orgs.). Na contracorrente da história. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Basbaum L. Uma Vida em Seis Tempos (Memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Brandão O. Combates e Batalhas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

Dias E. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977

Dulles J.W.F. Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

Lima H.F. Caminhos Percorridos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Machado A. A caminho da Revolução operária e camponesa. Rio de Janeiro: Calvino, 1934.

Mayer F. Agrarismo e Industrialismo. Buenos Aires: s.d., 1926.

Pereira A. Campo de Batalha (nov. 1933; mai. 1934). Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.